



Índice

- 01** Índios cotam terras por conta própria por demora do governo
- 02** ONU Mulheres pede rigor na apuração da morte de líder Kaiowá
- 03** MPF/RR busca concessão de bolsa permanência a indígenas na Universidade Federal
- 04** Sítios arqueológicos indígenas são descobertos em Sergipe
- 05** Deputado pede imediata revogação da prisão do cacique Elton Oliveira Suruí
- 06** Aguilera comemora chegada de padrões de energia na Reserva
- 07** Ritual dos índios Yawari Kamayurá é tema de seminário e lançamento de livro
- 08** Brasília: Lançamento do Vídeo Documentário sobre Conflitos Sócio-ambientais e Comunidades Tradicionais Pesqueiras, 17/11
- 09** Questão indígena volta a ser tema da Comissão da Verdade
- 10** Polícia investiga assassinato de liderança indígena no MS
- 11** Aberto inquérito para investigar caso de indígena encontrada morta em MS
- 12** Depoimento da família de Elton Suruí sobre sua prisão
- 13** Quilombolas aguardam sanção da MP que isenta suas terras do ITR
- 14** Criação de instituto de saúde indígena (INSI) causa polêmica em audiência pública na Câmara
- 15** Milícia indígena entra em confronto com a Polícia Militar do sul da Bahia



-
- 16** Folha de São Paulo e exploração do factóide da violência contra os índios do Mato Grosso do Sul
 - 17** 1º Seminário Sobre Igualdade Racial: comunidades quilombolas e racismo institucional
 - 18** Incra do Médio São Francisco promove a primeira reunião da Mesa Permanente de Regularização Quilombola
 - 19** Povo Yanomami inicia primeiro Curso Superior Indígena Específico
 - 20** Quatro comunidades remanescentes de quilombos serão reconhecidas pelo Governo de SP
 - 21** ONU pede rapidez em investigação da morte de liderança indígena com 35 facadas em MS
 - 22** ONU pede justiça sobre o assassinato de liderança indígena em Dourados
 - 23** "Superintendência Indígena será composta por pessoas do segmento", diz Reinaldo
 - 24** Indígenas mundurucu delimitam suas terras ancestrais na Amazônia
 - 25** Estudo alerta para ameaças a unidades de conservação e terras indígenas
 - 26** Índia de 45 anos acusada de bruxaria é queimada viva
 - 27** Sob pressão da ONU, Polícia Civil investiga assassinato de líder indígena

Índios cotam terras por conta própria por demora do governo

SÍTIO EXAME, 07.11.2014



Índios mundurukus: zona reivindicada pelos índios é uma área de 178 mil hectares

Os índios mundurukus começaram a cotar suas terras ancestrais na Amazônia por conta própria, cansados pela demora do governo em proteger esse terreno, um processo que se arrasta desde 2001, informaram nesta quinta-feira fontes indigenistas.

A zona reivindicada pelos índios, chamada Sawré Muybu, uma área de 178 mil hectares localizada entre os municípios de Trairão e Itaituba, no estado do Pará, onde vivem cerca de 300 mundurukus e onde o governo pretende construir duas centrais hidrelétricas.

Os índios usam estacas e facões para abrir passagem na floresta e são guiados por um GPS com a "esperança" de que o governo reconheça sua ação posteriormente, segundo afirmou à Agência Efe o missionário Haroldo Pinto, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização ligada ao Episcopado que acompanha a operação.

A delimitação da terra ancestral começou em 16 de outubro e emprega cerca de 70 índios desta etnia.

O processo oficial de demarcação da reserva começou em janeiro de 2001 e só em 2013, a Fundação Nacional do Índio (Funai) concluiu o relatório que permitirá sua proteção efetiva, mas esse documento não foi publicado ainda, por isso que não entrou em vigor e os mundurukús continuam sem ter monopólio na zona.

"Agora estão em uma situação muito vulnerável. Enquanto a área não é delimitada, é invadida por mineiros ilegais, ou para pescar ou cortar madeira. Todos se acham donos e isso é uma ameaça de conflito. Os mundurukús estão defendendo seu território", disse Pinto.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2014

Brasília, 7 de novembro de 2014.

A tardia conclusão da questão levou o Ministério Público Federal a apresentar em maio um processo nos tribunais contra o Estado brasileiro e a Funai.

Os índios acusam o governo de não querer proteger as terras para poder construir na zona as centrais hidrelétricas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, que segundo os projetos originais inundarão uma parte da terra Sawré Muybu.

Em setembro, o Ministério de Minas e Energia suspendeu uma licitação para a compra de energia da central de São Luiz do Tapajós, programada para dezembro, pela necessidade de "adequar" o projeto de construção aos estudos indígenas.

Os mundurukús emitiram um comunicado afirmando que não se sentarão para negociar com o governo até que seja terminado o processo oficial de proteção da terra Sawré Muybu.



ONU Mulheres pede rigor na apuração da morte de líder Kaiowá

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 06.11.2014

A Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres Brasil pediu hoje (6) rigor e celeridade autoridades na apuração da morte da líder indígena kaiowá Marinalva Manoel, assassinada na última sexta-feira (1º) em Dourados, Mato Grosso do Sul.

Nesta quinta-feira, a ONU Mulheres divulgou nota em que manifesta "extremo pesar pela violência e pela truculência" com que foi morta Marinalva, de 27 anos. O corpo da líder indígena foi encontrado na manhã de sábado (1º) à margem da rodovia BR-163. Marinalva recebeu 35 facadas – os golpes foram desferidos no tórax, pescoço, rosto e na mão esquerda da jovem.

Marinalva era uma das defensoras da demarcação da Terra Indígena Ñu Verá e integrante do Grande Conselho Guarani-Kaiowá Aty Guassu. No último dia 15, ela participou, com outros líderes indígenas, de uma reunião em Brasília com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Eles manifestaram, na ocasião, repúdio à decisão do STF que anulou o processo de demarcação da Terra Indígena Guyraroká. Denunciaram também a tomada de posições, que, para eles, geram retrocesso nos processos demarcatório de terras indígenas e o aumento da violência direta e indireta de fazendeiros contra os índios.

A nota da ONU destaca que Marinalva era "uma jovem obstinada, que ousou defender os direitos dos povos indígenas", e diz que, nas ameaças recebidas por ela, eram "evidentes os elementos de feminicídio, o assassinato de mulheres por razão de gênero."

Em setembro, a Segunda Turma do STF invalidou a demarcação da terra com base no chamado marco temporal, alegando que os indígenas não estariam no território na época da promulgação da Constituição de 1988. A decisão ainda precisa passar pelo plenário do Supremo.

Após a decisão, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, entrou com pedido de embargo de declaração para concessão de efeitos modificativos da decisão. Para Janot, o STF não considerou que os índios foram expulsos da sua terra, mas que continuaram habitando os arredores da região, conforme relatório da Fundação Nacional do Índio (Funai). "Nos casos de expulsão forçada dos indígenas das terras que tradicionalmente ocupavam, há de ser relativizada a orientação quanto à referência temporal de 1988", disse o procurador.



MPF/RR busca concessão de bolsa permanência a indígenas na Universidade Federal
SÍTIO BVNEWS, 06.11.2014

Ação Civil Pública ajuizada pelo órgão pede à Justiça que a União e a UFRR aceitem o Registro Administrativo de Nascimento Indígena como documento hábil

O Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR) ajuizou ação civil pública, com pedido de liminar, para que a Universidade Federal de Roraima (UFRR) se abstenha de indeferir os pedidos de bolsa permanência a indígenas, bem como para que sejam anulados os itens 1 e 2 da Portaria Nº 389, do Ministério da Educação (MEC), que exige como documentação mínima para conceder o benefício uma declaração de pertencimento étnico assinada por três lideranças indígenas e comprovante de residência em comunidade indígena.

Conforme destaca o texto da ação, os índios não aldeados ou urbanos, por não viverem em comunidades, não tem como apresentar a declaração e o comprovante de residência supra mencionados, "motivo pelo qual a estes vem sendo negado o auxílio estudantil, gerando, portanto, um tratamento discriminatório e ilegal entre índios aldeados e não aldeados".

O MPF/RR também questiona a razoabilidade da exigência de declaração assinada por três lideranças e de comprovante de residência, já que a condição de indígena pode ser demonstrada por meio do Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani), documento registrado e fornecido pela própria Fundação Nacional do Índio (Funai).

Um parecer antropológico elaborado pelo órgão ministerial argumenta que o senso comum associava a imagem do índio como silvícola, mas "tal distinção não mais prevalece em razão do caráter assimilacionista" e da vida nas cidades.

"A identidade é algo definível pelo que o ser humano é, de modo que a exigência de três lideranças e comprovante de residência extrapola os limites legais e constitucionais, resultando em clara conduta discriminatória", ressaltou o procurador da República, Gustavo Kenner Alcântara, titular do ofício de Defesa das Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais.

Pedidos - Além de pedir na ação a suspensão da eficácia da Portaria 389 do MEC, o MPF/RR quer que a Justiça Federal obrigue a União e a UFRR a aceitarem como documento hábil à demonstração da condição de indígena o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani).

O Ministério Público pediu ainda que, quando do indeferimento da bolsa permanência, a UFRR elabore certidão conclusiva sobre os motivos da decisão devidamente fundamentada, possibilitando aos indígenas a interposição de recurso ou produção de contraprovas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2014

Brasília, 7 de novembro de 2014.

Ao final da ação, o MPF/RR requer ainda que a Justiça Federal condene a União ao pagamento de dano moral coletivo, no valor de R\$ 500 mil, tendo em vista a gravidade dos fatos, sem condenação da UFRR, já que a instituição se limitou a cumprir regulamentação ilegal da União.



Sítios arqueológicos indígenas são descobertos em Sergipe

SÍTIO D 24AM, 06.11.2014

Alguns deles podem ter até 12 mil anos de idade, o que aumenta a relevância histórica da região da cidade de Santa Isabel

A Reserva Biológica (Rebio) de Santa Isabel (SE) descobriu 17 sítios arqueológicos dentro do seu território entre os meses de junho e setembro deste ano.

Durante o período, foi executado o Programa de Prospeção Arqueológica na Área de Implantação da Rodovia SE-100, rodovia estadual que será pavimentada pelo governo. O objetivo foi localizar e identificar o patrimônio arqueológico nas áreas de influência do empreendimento.

"A Rebio de Santa Isabel é uma área de influência indireta, ou seja, onde os impactos ambientais não são causados diretamente pelas obras, mas pelo empreendimento em si", explicou o chefe da Unidade de Conservação, Paulo Faiad.

Os sítios localizados nos limites da Rebio receberam os seguintes nomes: Sítios 3 dunas, Lagoa Seca, Esporão, Palmeira, Cabrito, Vale das Dunas, Cardoso, Dicuri, Ferroso, Sapucaia, Duna Branca, Pé de Duna, Areia Preta, Tigre, Catenga, Curral de Baixo e Maria Farinha. Os pesquisadores utilizaram referências físicas ou indicação de comunitários do entorno para escolher os nomes.

"A maior parte dos sítios arqueológicos são indígenas, possivelmente datados antes da chegada do europeu no território que viria a ser o Brasil, em 1500. Isso quer dizer que essas regiões podem ter até 12 mil anos, mas ainda vamos fazer a datação do carbono para saber a idade exata de todas essas regiões", destacou Faiad.

Também foram encontrados indícios de grupos indígenas, quilombolas e produtos de origem europeia do século XIX. A coleção arqueológica contém artefatos cerâmicos, ferramentas, fragmentos de cachimbo e de faiança fina, uma espécie de cerâmica utilizada em objetos de louça, como pratos e copos.

Todas essas descobertas indicam a existência de ocupações por todo o litoral norte de Sergipe, na Idade Média, de grupos que compartilhavam as mesmas estratégias de exploração do meio ambiente no litoral e que moravam em cima das dunas que compõem o ambiente natural da Rebio de Santa Isabel.

Para o chefe da Unidade de Conservação, os sítios arqueológicos aumentam ainda mais a importância de conservação da área, que agora além da proteção ambiental também possui

CONT.



relevância histórica. "Com artefatos arqueológicos diversos e técnicas de confecção especializadas, o patrimônio arqueológico localizado na área da Reserva aponta para um grande potencial de pesquisas futuras, podendo levantar considerações sobre o processo de colonização em Sergipe e o papel dos grupos excluídos socialmente nessa formação", comemorou Paulo Faiad.

A pesquisa foi financiada pelo Departamento de Estradas e Rodagem de Sergipe (DER/SE), executada pela Contextos Arqueologia e coordenada pelos arqueólogos Luis Felipe Santos e Fernanda Libório.

O projeto contou com apoio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e recebeu consultoria científica do professor e doutor Paulo Jobim Campos Mello.

No dia 31 de outubro, a equipe da Contexto Arqueologia esteve no auditório do Centro de Educação Ambiental da Rebio Santa Isabel para apresentar os resultados da pesquisa à comunidade de Pirambu, onde fica a sede da Rebio Santa Isabel, e alunos do Instituto Federal de Alagoas (IFA).

Em novembro e dezembro serão feitas outras palestras de divulgação e uma feira de arqueologia com as escolas para os alunos aprenderem a fazer fogo, argila e cerâmica usando os métodos da Idade Média.

Sobre a Rebio de Santa Isabel

Criada em 20 de outubro de 1988, a Rebio de Santa Isabel possui uma área de 5,5 mil hectares e preserva o ecossistema litorâneo que abriga a mais importante área de reprodução das tartarugas olivas do Brasil.

Dunas com vegetação de restinga, remanescentes de mata atlântica, manguezais, lagoas e praias desertas de areia fina e plana são os cenários encontrados na UC, que possui 45 quilômetros de extensão.

Situada em Sergipe, abrange os municípios de Pirambu e Pacatuba. O principal trabalho realizado na Rebio é o de preservação das tartarugas marinhas, desenvolvido pelo Projeto Tamar.



Deputado pede imediata revogação da prisão do cacique Elton Oliveira Suruí
SÍTIO CIMI, 06.11.2014

O cacique Elton John Oliveira Suruí, da aldeia Itahy, do povo Aikewara (também conhecido como "Suruí do Pará"), foi preso no dia 29 deste mês, na sede da Funai, em Marabá e trazido para Belém, onde permanece preso. Segundo informações da imprensa, ele teria sido preso na sede da Funai, logo após ser convocado pela Polícia Federal para prestar esclarecimentos.

O funcionário Eric Belém de Oliveira foi até a sede da PF, logo depois, para prestar assistência e acompanhar Elton. No entanto, ao chegar lá foi informado que o depoimento do cacique suruí já teria sido colhido, sem a presença de advogado ou funcionário da Funai, e que ele já teria recebido ordem de prisão. Em seguida, o indígena foi transferido às pressas para Belém.

Familiares de Elton acusam a Polícia Federal de agir politicamente. Segundo Clelton Suruí, irmão do cacique, a prisão está ligada a denúncias de corrupção no sistema de saúde feitas pelos indígenas: Elton teria descoberto que estava havendo desvio de verba na saúde indígena e denunciou isso. A partir daí, o cacique começou a ser alvo de perseguição política, inclusive feita pela Sesai (Secretaria especial de Saúde Indígena). É um jogo político.

Cleiton e demais familiares do indígena acreditam que o objetivo da prisão é desarticular o movimento indígena da região de Marabá para que não sejam investigadas as denúncias.

Vale destacar que, este ano, 14 indígenas Aikewara (Suruí) foram indenizados pela Comissão de Anistia. Na ocasião, o presidente da Comissão, Paulo Abrão, pediu desculpas pela ação do Estado brasileiro: "O conjunto de uma comunidade indígena também foi vítima da ditadura militar e essa repressão que aconteceu ao povo que vivia em torno da região da Guerrilha do Araguaia atingiu não apenas os camponeses, os guerrilheiros, mas também as comunidades indígenas que lá estavam".

Chama a atenção que a Polícia Federal no Pará, por meio de seu assessor Fernando Sergio Castro, não reconheça nenhuma falha na forma com que a prisão e o depoimento do cacique foram executados. Além disso, a PF alega que o cacique Elton responde a vários processos na Justiça Federal, por diferentes motivos.

O último de que foi acusado é o de sequestrar um ônibus na aldeia, com motorista e cobrador, para forçar a cooperativa proprietária do veículo a transportar gratuitamente a etnia local. Esse seria o último caso, segundo a PF.

Elton foi algemado e preso. Depois transferido para Belém. O assessor de imprensa da PF ainda chegou a questionar se o cacique Elton era mesmo um indígena, alegando o fato dele ter carteira de identidade e conta bancária. Ora, senhores deputados e senhoras deputadas, esse é

CONT.



um dos muitos desrespeitos aos direitos indígenas que estão sendo praticados em nosso estado e país, pois não cabe a PF questionar a autenticidade de um indígena, pois não se trata de matéria de sua competência e tal questionamento aponta para uma prática de preconceito e racismo.

Segundo a imprensa também noticiou o Ministério Público Federal enviou à Justiça Federal de Marabá pedido de reconsideração para que seja revogada a prisão preventiva decretada contra o cacique Elton Suruí, Para o MPF não estão presentes os requisitos mínimos que justifiquem a prisão preventiva. Nem o MPF, nem a Fundação Nacional do Índio (Funai) foram ouvidos pelo juiz federal Heitor Moura Gomes, que decretou a prisão.

Além disso, segundo argumenta o MPF, o cacique Elton Suruí é importante liderança do povo Aikewara, e vem conduzindo, desde 2013, uma série de mobilizações reivindicando a solução de problemas no atendimento à saúde do povo indígena e a compensação pela construção da BR-153, que corta a terra indígena.

Os protestos, por várias vezes, ocorreram com a presença de outras etnias, também prejudicadas pela precariedade do atendimento prestado pela Secretaria de Saúde Indígena, ligada ao Ministério da Saúde.

Por fatos supostamente ocorridos no dia 5 de agosto, a delegacia da Polícia Federal de Marabá abriu um inquérito, datado do último dia 22 de setembro. Em 2 de outubro passado, o delegado responsável pela investigação enviou pedido à Funai de Marabá para que o cacique Elton comparecesse à delegacia e agendou o depoimento para o dia 3 de fevereiro de 2015. Porém, duas semanas após designar para fevereiro a data da oitiva, a autoridade policial representou pela prisão preventiva, sem que houvesse qualquer fato novo nos autos.

O MPF lembra também que segundo jurisprudência no Supremo Tribunal Federal só é admitida a prisão preventiva após demonstração da gravidade concreta dos fatos e não apenas uma gravidade abstrata, suposta ou pressuposta.

Ocorre que, mesmo com vários argumentos jurídicos concretos, a Justiça Federal em Marabá negou, na noite de sexta-feira 31 de outubro, recursos do Ministério Público Federal e da Funai pedindo a liberdade provisória de Elton. Ele segue preso em Belém até a noite do sábado 1 de novembro.

Diante do exposto, senhores deputados e senhoras deputadas manifesto por meio deste requerimento, nos termos regimentais, meu repúdio diante das flagrantes ilegalidades que marcaram a prisão de Elton Suruí, ao mesmo tempo em que demando a imediata revogação de sua prisão preventiva, conforme está sendo defendido pelos movimentos sociais, pela Funai e pelo Ministério Público Federal (MPF).

Nesta oportunidade, reitero minha irrestrita solidariedade ao indígena preso e ao seu povo, que tem sido símbolo de resistência em nosso estado contra a violação dos direitos indígenas e ambientais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2014

Brasília, 7 de novembro de 2014.

Além disso, requeiro que esta casa encaminhe ofício ao Ministério Público Federal (MPF), em Marabá, e à Justiça Federal no mesmo município, com um apelo pela soltura do indígena, para que ele possa responder pelo processo em sua aldeia. Também requeiro que seja encaminhado ofício para o Ministério da Justiça, em Brasília, com o mesmo apelo.

Por fim, que seja dado conhecimento do teor integral deste documento à Fundação Nacional do Índio (Funai), à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Pará), ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI-Norte 2) e à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Palácio Cabanagem, 04 de novembro de 2014.

Deputado Edmilson Rodrigues
Líder do PSOL

[Confira: depoimento da família de Welton Suruí sobre sua prisão](#)



Aguilera comemora chegada de padrões de energia na Reserva

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, 06.11.2014

O vereador Aguilera de Souza (PSDC) fiscalizou na semana passada a chegada dos padrões de energia que fazem parte do projeto de expansão do “Programa Luz para Todos”, do Governo Federal, que atenderá 226 famílias nas aldeias Bororó e Jaguapiru. A previsão é de que os serviços de instalação de padrões e de expansão da rede de energia sejam finalizados já no mês de dezembro.

A ação acontece após requerimento do vereador Aguilera, ainda em 2013, ao coordenador de Grandes Clientes e Poder Público da Enersul, Ricard Heverest Jerônimo Alves. O vereador requereu ainda celeridade nas obras de instalação da energia, já que o projeto estava aprovado e só restava a execução do mesmo.

“Venho cumprindo meu papel como representante da comunidade indígena sempre fiscalizando os recursos e buscando sempre o melhor para nossa gente. São mais de 200 famílias que após tanto tempo no escuro terão acesso à energia elétrica e poderão melhorar a qualidade de vida com eletrodomésticos e chuveiro elétrico”.

Água

Nas sessões ordinárias da Câmara, o vereador Aguilera de Souza tem solicitado insistentemente ações por parte da Secretaria Especial de Saúde Indígena, a Sesai, para resolver os problemas de falta de água na Reserva Indígena de Dourados.

“Sugeri à Sesai, através de indicação, que a mesma construa poços e superpoços artesianos para abastecer o sistema de distribuição de água, que hoje é extremamente precário. Precisamos de soluções urgentes, o acesso à água é extremamente necessário para qualquer ser humano”, destacou.

Ainda segundo o vereador, os reservatórios, que hoje estão vazios, podem receber mais 600 mil litros de água, porém a única ação é feita pela Prefeitura de Dourados que entrega diariamente 50 mil litros, menos de 10% da capacidade das caixas d’água. (Assessoria Parlamentar)



Ritual dos índios Yawari Kamayurá é tema de seminário e lançamento de livro
SÍTIO OLHAR DIRETO, 06.11.2014

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) será palco de um evento onde as pessoas poderão assistir um seminário, participar de discussões e de um lançamento de livro. A programação, que acontece de 11 a 14 de novembro, terá conferência de abertura, às 19h30, pelo professor Rafael de Menezes Bastos, antropólogo que realiza pesquisa sobre os rituais musicais do povo indígena Kamayurá do Xingu. Na ocasião, o professor também lançará o livro "A Festa da Jaguatirica", sobre o ritual yawari Kamayurá, publicado pela Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (EdUFSC).

De acordo com a assessoria da UFMT, além das conferências, das 19h30 às 20h30, também serão realizadas mesas-redondas, das 8h às 11h30, e apresentações dos grupos de trabalho (GTs), das 14h às 17 horas. Toda programação será realizada no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS). Temas como trabalho, violência, globalização, estado, conhecimento, educação, gênero, política, etnicidade, questão social, política social e movimentos sociais, entre outros, serão eixos norteadores dos debates.

O seminário, que se encontra em sua sétima edição, retrata neste ano o crescimento e a maturidade dos programas de pós-graduação vinculados às Ciências Humanas e Sociais. Outra novidade é a abrangência nacional, contando com a participação de docentes, discentes e pesquisadores das várias instituições de ensino do país.

A Festa da Jaguatirica

A obra é uma das primeiras descrições integrais de um ritual musical ameríndio. Uma junção de mais de 40 anos de pesquisa, ela evidencia que o cerne desses rituais, na Amazônia, está na articulação de pequenas unidades (canções, peças instrumentais, vinhetas) em longas sequências e sequências de sequências, resultando em performances às vezes de mais de dez dias. A música neles opera como pivô entre as artes verbais (poesia, mito) e corporais (especialmente a dança).

A publicação deste livro contribui fortemente para a atual reconfiguração do conhecimento sobre os povos amazônicos, apontando para a ideia de uma grande complexidade de suas culturas. "A Festa da Jaguatirica" inaugura a Coleção Brasil Plural, um projeto cujo intuito é garantir, por meio de ações significativas no ambiente escolar, a formação de cidadãos capazes de refletir sobre as culturas africanas e indígenas pela literatura, reconhecendo sua identidade como indivíduos plurais e ampliando seu universo cultural.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2014

Brasília, 7 de novembro de 2014.

Brasília: Lançamento do Vídeo Documentário sobre Conflitos Sócio-ambientais e Comunidades Tradicionais Pesqueiras, 17/11
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.11.2014

Convite Lançamento do Vídeo documentário sobre Conflitos Socioambientais em Comunidades Tradicionais Pesqueiras



17 - Novembro - 2014 - 19h30
Salão Dom Helder Câmara - CNBB - Brasília DF
SES, Setor de Embaixadas Sul, 801. Conjunto B.

Realização



Apoio





Questão indígena volta a ser tema da Comissão da Verdade

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.11.2014

Expansão do território para oeste levou a genocídio de etnias, denunciaram pesquisadores

Monica Ferrero, da Redação ALSP

Em sua 148ª audiência pública, nesta segunda-feira, 3/11, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, presidida pelo deputado Adriano Diogo (PT), voltou a abordar as violações dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais desde o período da ditadura militar. Compuseram a mesa de trabalhos Maria Rita Kehl, da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Orlando Villas Bôas Filho, professor da Faculdade de Direito da USP e da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e os pesquisadores Pádua Fernandes e Danilo Morcelli.

Maria Rita Kehl contou que, quando se iniciaram os trabalhos da CNV, escolheu como tema de trabalho a questão do campo, onde estava inserido o capítulo da violência contra os povos indígenas. Com auxílio de um grupo de trabalho formado por pesquisadores, percorreu o Brasil visitando aldeias de diversas etnias e chegou à conclusão de que eles foram muito afetados pela ditadura.

Calcula-se que cerca de 8 mil indígenas foram vítimas na ditadura, embora não tenham lutado especificamente contra ela, continuou Maria Rita. O período de escopo da CNV (1946-1988) foi marcado pela ampliação da fronteira oeste, com ocupação dos territórios dos indígenas pelo latifúndio, com apoio ou omissão dos governos. Esse processo se acentuou nos anos 1970, quando a ditadura lançou o Plano de Integração Nacional, com a abertura de estradas como a Transamazônica.

Maria Rita falou que "a causa indígena foi a primeira causa de oposição política que pôde ser compartilhada" durante a ditadura. Das 30 recomendações que a CNV fará em seu relatório final, três serão relativas aos indígenas, entre elas a homologação e desinversão das terras indígenas e a criação de uma comissão nacional indígena com os mesmos poderes da CNV para continuar a averiguar as violações aos direitos humanos.

Aproximação descuidada

A própria Funai, através de fotos aéreas, permitiu essa invasão territorial ao afirmar que áreas eram desocupadas, o que foi uma fraude, disse Maria Rita. Além das estradas, grandes áreas da floresta foram dadas a grupos econômicos como Volkswagen e Bradesco, para exploração, geralmente da pecuária.

CONT.



Os grupos indígenas existentes eram expulsos por jagunços, ou eram vítimas da “aproximação descuidada do homem branco”, que lhes levava doenças para as quais não tinham resistência. Além do mais, a Funai não cuidava de vacinar ou medicar os índios doentes, num “descaso intencional e criminoso, que levou ao genocídio de aldeias inteiras”.

Como exemplo, Maria Rita citou aldeia dos waimiris, que antes da construção da rodovia Manaus-Boa Vista tinha 7 mil pessoas, das quais restaram 350 indivíduos. Na repressão à guerrilha do Araguaia, nos anos 1970, os índios da etnia suruí foram escravizados, usados como guias para achar os guerrilheiros, embora nem soubessem o que estava acontecendo.

A aldeia foi inclusive indenizada quando da anistia. Os índios, de diversas etnias, ainda foram vítimas de deportações forçadas, aproximações violentas, extermínio trancafiados em prisões.

Orlando Villas Bôas Filho falou um pouco do trabalho de seu pai e do tio Cláudio no estabelecimento do Parque do Xingu, que foi usado como vitrine pelo governo militar quando a situação dos indígenas foi denunciada no Tribunal Bertrand Russell.

Disse ainda que “o índio aparece sempre de forma abstrata na ocupação predatória do território brasileiro, com desconsideração de garantias mínimas de sobrevivência”.

Villas Bôas lembrou ainda que em 1943, na época da ditadura Vargas, houve a Marcha para o Oeste, de caráter paramilitar, pois os colonos eram armados pelo governo. A intenção era “limpar caminho” para ocupação do território, numa lógica colonial e predatória de ocupação. O regime militar tentou inserir a lógica capitalista na Amazônia, onde o índio era obstáculo aos interesses econômicos.

Máquina de matar

O pesquisador da comissão estadual Pádua Fernandes narrou a pesquisa que fez em documentos secretos do Serviço Nacional de Informações (SNI), a doutrina da Escola Superior de Guerra contra conflito internos, e também da CPI da Câmara Federal que abordou a questão indígena. Disse que estava estabelecida uma verdadeira máquina de matar índios, nos moldes do esquadrão da morte.

Um dos documentos do SNI, de 1978, dizia que o racismo e a questão indígena eram “criação das esquerdas, que pretendiam incutir o racismo na população negra para desestabilizar o governo”. Também pesquisador da comissão Rubens Paiva, Danilo Morcelli disse que há muito o que ser feito, pois os índios sofrem há cinco séculos.

Vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais-SP e coordenador do projeto Armazém Memória, Marcelo Zelic disse que uma das provas do genocídio indígena é que, segundo dados oficiais, eles somavam em 1963 cerca de 200 mil e, em 1968, os documentos da Funai apontavam a existência de 80 mil. Falou ainda que ainda há milhares de documentos sobre os índios e locais a serem estudados, como a cadeia na cidade paulista de Icatu, que recebeu indígenas de todo Brasil.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2014

Brasília, 7 de novembro de 2014.

Pesquisador da CNV, Rafael Pacheco Mauro disse que um dos maiores desafios ao se pesquisar a questão indígena foi desfazer a ideia de que eles eram passivos. Na verdade, defenderam seus territórios contra os invasores.

O presidente Adriano Diogo afirmou ser conveniente que, após a entrega do relatório final da CNV, seus trabalhos continuem por no mínimo mais um ano, pois há ainda muito o que ser desvendado. Disse que a linha de trabalho da CNV vem sendo a atuação política, e deixou-se de lado a face social da ditadura, que inclui índios, negros, camponeses e pessoas jogadas em manicômios.

Convidou ainda para o lançamento do livro *Infância Roubada: Crianças Atingidas pela Ditadura no Brasil*, resultado do ciclo de audiências *Verdade e Infância Roubada*, realizado em maio de 2013. O evento será na próxima quarta-feira, 5/11, às 19h, na biblioteca Mário de Andrade. Diogo afirmou que os 43 casos do livro não foram os únicos, e que essas histórias desmentem a afirmação da ditadura de que nada foi feito contra crianças.



Polícia investiga assassinato de liderança indígena no MS

SÍTIO O GLOBO, 06.11.2014

Corpo de Marinalva Manoel, de 27 anos, foi encontrado próximo a uma rodovia. Polícia investiga se crime foi passionai

A Polícia Civil de Dourados, a 220 quilômetros de Campo Grande (MS), está à procura do ex-companheiro da indígena Marinalva Manoel, de 27 anos, morta no último sábado. O corpo dela foi encontrado próximo à rodovia BR-163, com 35 perfurações de faca e sem as roupas, o que levou a polícia a solicitar exames para verificar se ela foi também vítima de violência sexual.

Morando no acampamento Ñu Porã, que fica perto da área urbana da cidade, Marinalva vinha se destacando como uma nova liderança e fez parte do grupo de 44 guarani-caiuás que participou de manifestação em frente do STF, em Brasília, entre os dias 13 e 16 do mês passado.

O protesto foi contra a decisão da segunda turma do Supremo Tribunal Federal que, segundo os indígenas, ameaça reverter as demarcações de terras identificadas pela Funai como território dos índios em Mato Grosso do Sul e outros estados onde existe conflito agrário.

O delegado regional de Dourados, Carlos Videira, disse que as investigações estão sendo conduzidas em duas linhas: a de crime passionai e outra ligada à questão indígena. Mas segundo ele, a primeira hipótese é a mais provável. O administrador regional da Funai, Vander Nishisima, afirmou que moradores do acampamento Ñu Porã comentam que o crime teria sido cometido pelo ex-companheiro da liderança indígena. O corpo dela foi localizado próximo ao acampamento onde morava.

Segundo a Funai, Marinalva Manoel vinha se despoitando agora, quando passou a acompanhar o cacique Valdemir Cáceres, que seria pai de criação dela. A família mora no acampamento há 20 anos, quando 30 famílias passaram a reivindicar uma área de 1.500 hectares.



Aberto inquérito para investigar caso de indígena encontrada morta em MS
SÍTIO GLOBO.COM, 06.11.2014

*Delegado descarta relação do crime com participação da vítima em protesto.
Há indícios de que namorado da liderança tenha a assassinado.*

A Polícia Civil abriu oficialmente nesta quinta-feira (6) inquérito para investigar a morte da indígena Marinalva Manoel, 27 anos, liderança guarany-kaiwá da terra indígena Nu Porã. O corpo foi encontrado com diversas facadas no sábado (1º), na BR-163 em Dourados, a 214 km de Campo Grande.

O delegado responsável pelo caso, Edmar Batistela, disse ao G1 que foi informado sobre a participação da vítima em um protesto no Supremo tribunal Federal (STF) em Brasília há cerca de 15 dias, mas descarta que a morte tenha relação com isso.

O delegado disse ainda que não acredita na relação do caso com disputa por terras. "Esse é o motivo menos provável", disse. Batistela explica que as circunstâncias em que o corpo estava não condizem com esse motivo. "A vítima estava despida e com muitos golpes de faca, tinha uma garrafa de pinga na beira da estrada".

Segundo ele, há a informação de que o crime foi cometido pelo namorado da indígena. O delegado disse que vai continuar ouvindo testemunhas e indígenas e que aguarda os laudos feitos no local do crime e do Instituto de Medicina e Odontologia Legal (Imol) para anexar ao caso, que foi registrado como homicídio doloso.

Crime

O corpo de Marinalva foi encontrado em barranco de aproximadamente quatro metros, às margens da rodovia. Pessoas que passavam pelo local viram o cadáver e acionaram a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A mulher apresentava perfurações na região do tórax, pescoço, rosto e na mão esquerda, que segundo a polícia, indicam que ela tentou se defender. Nenhum suspeito foi identificado e a polícia investiga as circunstâncias do crime.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2014

Brasília, 7 de novembro de 2014.

Depoimento da família de Elton Suruí sobre sua prisão

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.11.2014

Imprensa Cimi

Mesmo com inquéritos inconclusos, Polícia Federal prende o cacique Elton Suruí. O cacique está sendo perseguido e processado por defender direitos da comunidade. Wélton Suruí é uma liderança indígena que luta pelo diálogo entre os órgãos do Estado e todas as comunidades atingidas afetadas por grandes projetos na Amazônia.

Promovendo sério debate sobre a consulta livre, prévia e informada. O cacique é importante liderança do povo Aikewara, também conhecidos como Suruí do Pará, e vem conduzindo, desde 2013, uma série de mobilizações reivindicando a solução de problemas no atendimento à saúde do povo indígena e a compensação pela construção da BR-153, que corta a terra indígena.

[Vídeo](#)



Quilombolas aguardam sanção da MP que isenta suas terras do ITR

SÍTIO BLOG COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 06.11.2014

O alcance dessa conquista é mais amplo que a anistia das dívidas. É mais um passo no reconhecimento das especificidades da propriedade coletiva quilombola.

Está prestes a ser sancionada pela presidente da República a Medida Provisória 651/2014 que regulamenta diversos pontos de matéria tributária e assegura a isenção de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural em terras quilombolas.

Os quilombolas das terras Ilhas de Abaetetuba, Trombetas e das Cabeceiras, no Pará, serão os primeiros a celebrar já que estarão libertos das injustas e milionárias dívidas relativas ao ITR, da ordem de, respectivamente, 15 milhões, 2 milhões e 800 mil reais. "A gente não tem palavras para expressar o tamanho da alegria.

Além de uma vitória, é também nossa libertação" comemora Edilson da Costa, presidente da Associação das comunidades das Ilhas de Abaetetuba. "Apesar de falarem dos nossos direitos na Constituição e na Convenção 169, chegou essa dívida. Muitas expectativas que a gente tinha depois de tanta luta para conseguir a terra escaparam das nossas mãos por conta disso. A gente espera que a anulação dessa cobrança de ITR seja um marco na história dos quilombolas no Brasil".

Mas o significado dessa conquista é bem mais amplo que a anistia das dívidas. É um passo na consolidação dos direitos territoriais das comunidades quilombolas como avalia Lúcia M. M. de Andrade, coordenadora da Comissão Pró-Índio de São Paulo: "o caráter especial da propriedade coletiva quilombola passou despercebido na regulamentação do ITR não recebendo o tratamento diferenciado que merecia.

Na data da regulamentação, em 1996, só três terras quilombolas haviam sido tituladas e a questão era ainda mais desconhecida". E acrescenta a dirigente da CPI-SP: "A MP corrige essa distorção e representa a solução para uma questão que nos preocupa desde 2011 quando os quilombolas, pela primeira vez, solicitaram nosso apoio para enfrentar a cobrança das dívidas".

Articulação da Sociedade Civil aponta a solução

A inclusão de emenda em Medida Provisória para isentar as terras quilombolas foi articulada pela Comissão Pró-Índio de São Paulo juntamente com a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba, Inesc, CNBB, Movimento Sem Terra e ABRA como uma forma de agilizar a resolução do problema.

CONT.



A iniciativa das organizações sociais conseguiu sensibilizar o líder do PT na Câmara, Deputado Vicentinho (PT/SP), e outros parlamentares da bancada que asseguraram os encaminhamentos necessários para a inclusão na MP 651/2014 dos artigos 82 e 83 que estabelecem a isenção de cobrança do ITR em terras quilombolas. Aprovada em outubro na Câmara dos Deputados (dia 14/10) e no Senado (29/10), a MP deve ser sancionada até 20 de novembro.

[Confira os artigos 82 e 83 da MP 651/2014.](#)



Foto: Lúcia Andrade

Propriedade coletiva quilombola

A propriedade coletiva quilombola constitui uma modalidade singular no ordenamento jurídico brasileiro e muitas questões relacionadas a esse novo instituto jurídico ainda não estão devidamente consolidadas. A imunidade implícita à cobrança de ITR era uma dessas controvérsias.

O imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) está previsto na Constituição da República e foi regulamentado pela Lei nº 9.393 de 1996. O tributo foi criado como instrumento da Política Agrícola Nacional, objetivando a utilização das terras conforme a função social da propriedade.

Até o momento, são imunes ao ITR as pequenas glebas rurais de proprietários que não possuam outro imóvel e que as explore só ou com sua família. E contam com isenção os imóveis rurais compreendidos em programa oficial de reforma agrária e também aqueles cuja área total observe os limites que definem pequenas glebas rurais e cujo proprietário não possua imóvel urbano.

A regulamentação foi omissa quanto às terras quilombolas. E a Receita Federal entendeu que cabia cobrança do ITR nessa modalidade de propriedade, inclusive acionando judicialmente associações quilombolas pelo não pagamento do imposto.

Assim, as associações quilombolas das terras Trombetas, Ilhas de Abaetetuba e Cabeceiras foram surpreendidas com a cobrança de cifras milionárias relativas ao ITR. Além da

CONT.



insegurança trazida por uma dívida impagável, os quilombolas se viram impedidos de acessar programas sociais já que suas associações não conseguiam mais obter a certidão negativa junto à Receita Federal. A tão sonhada conquista da titulação virou um pesadelo.

O impacto da cobrança só não foi maior porque o número de comunidades com terras tituladas no Brasil ainda é muito pequeno, apenas 139 comunidades num universo estimado entre 3.000 a 5.000 comunidades. E também porque, como apontou levantamento realizado pela Comissão Pró-Índio ainda em 2011, grande parte das associações quilombolas desconhece e não declara o ITR – e as associações que não declararam não foram acionadas pela Receita Federal.

Imunidade Implícita

Em 2011, quando tomou conhecimento das primeiras cobranças judiciais, a Comissão Pró-Índio de São Paulo reportou o problema à 6ª Câmara do Ministério Público Federal que se posicionou pela imunidade implícita das terras quilombolas. Em 2012, o MPF divulgou parecer fundamentando tal posicionamento e articulou reunião com órgãos do governo com o objetivo de buscar imunidade tributária para as terras quilombolas.

As decisões nas ações ajuizadas pelas associações quilombolas de Abaetetuba (ARQUIA) e Óbidos (Acornecab), por meio do escritório Bichara Advogados, reforçaram o entendimento que não caberia cobrança do imposto em terras quilombolas.

Assim, no processo relativo à ARQUIA, o juiz Flávio Marcelo Sérgio Borges, da Justiça Federal no Distrito Federal, manifestou em sua decisão de maio de 2012, o entendimento que a propriedade territorial rural para as quais se prevê o imposto (art. 153, VI da CF) e a propriedade das comunidades quilombolas (art. 68 do ADCT) são coisas diferentes: O art. 68/ADCT não trata de propriedade individual, senão de algo que apenas existe pela sua coletividade, pelo seu todo. Não liga uma pessoa à terra; liga a história, os fatos remotos, como quis a Constituição, que não cabe ser contrariada (...) Transparecem, então, propriedades diferentes, pelo que surge plausível afirmar que a situação fático-jurídica do remanescente de quilombo de Abaetetuba não se afina com o conceito posto no art. 153, VI, da Constituição, não sendo, pois, fato gerador do ITR”.

Em maio de 2013, em resposta à provocação do Ministério Público Federal, a Procuradoria do Ministério da Fazenda divulgou parecer onde opina pela necessidade de alteração na lei que regulamenta o ITR para a inclusão da isenção aos quilombolas. E afirma que sem tal alteração, a imunidade se aplicaria somente às terras quilombolas que “hipoteticamente dividida a área total, a fração ideal por família não ultrapasse o conceito legal de pequenas glebas rurais e sejam exploradas pelo proprietário que não possua outro imóvel.”

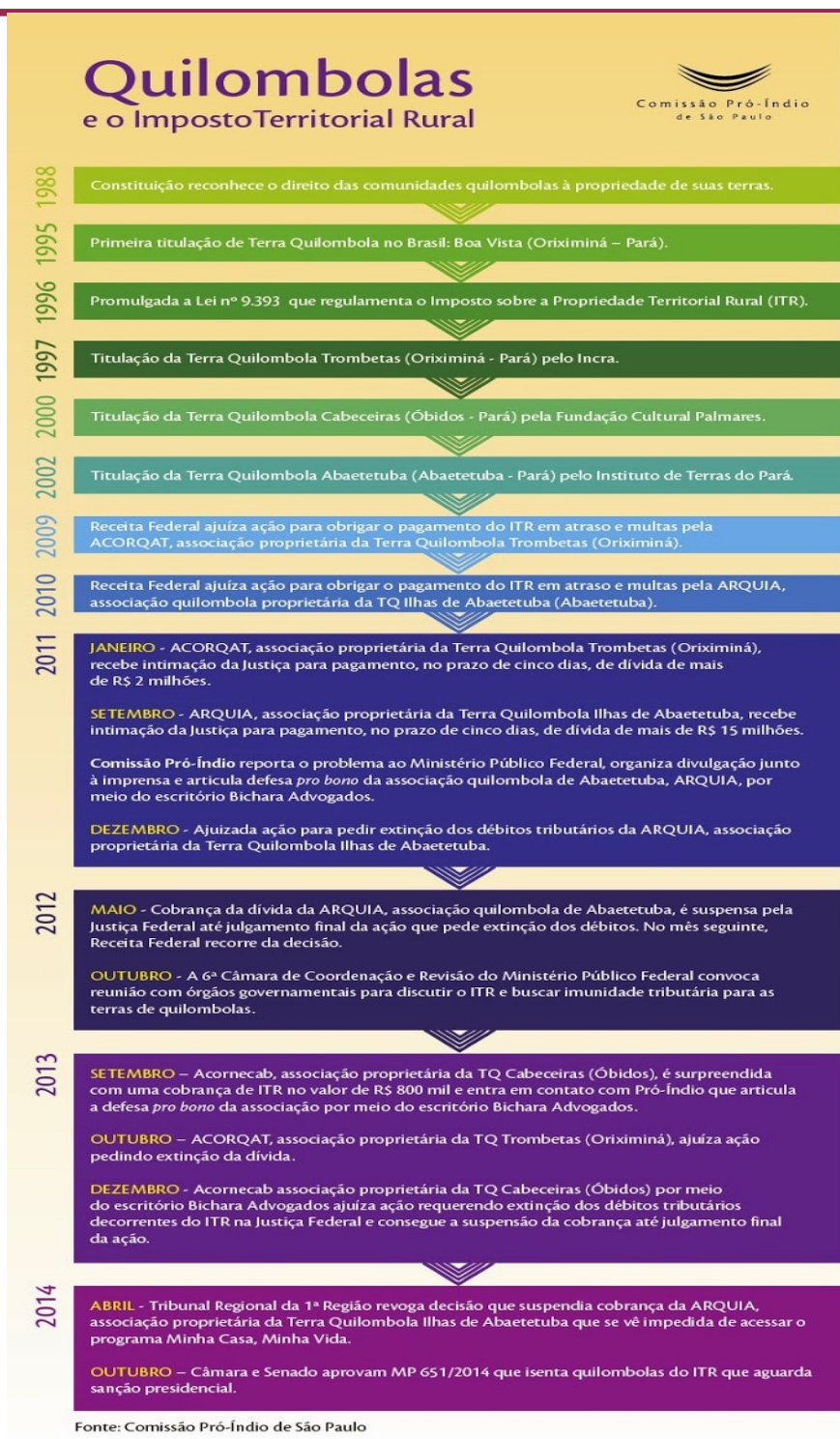
Tal orientação passa a constar no Manual Perguntas e Respostas do ITR da Receita Federal em 2014. O manual que, até 2013, apenas informava que as terras quilombolas “são tributadas normalmente”, passa a considerar a imunidade nos termos colocados no parecer da Procuradoria do Ministério da Fazenda.

CONT.



A nova orientação da Receita Federal está longe de ser uma solução definitiva pois nem todas as terras quilombolas enquadram-se nesses cálculos e, acima de tudo, por subverter a lógica das propriedades coletivas quilombolas que não são a soma de pequenas glebas rurais, mas territórios constituídos por critérios de territorialidade próprios desses grupos e que garantem não somente a sua reprodução física, mas também seus modos de criar, fazer e viver.

A aprovação da isenção das terras quilombolas recolocará a questão nos termos apropriados e significará mais um passo na consolidação do instituto jurídico da propriedade coletiva quilombola.





Criação de instituto de saúde indígena (INSI) causa polêmica em audiência pública na Câmara

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.11.2014

O coordenador-geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira [COIAB], Antonio Marcos Apurinã, afirmou que a entidade que representa é contra a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil [APIB] também tem posição contrária.

Por Luiz Cláudio Canuto, na Agência Câmara Notícias

A proposta do governo de criar o Instituto Nacional de Saúde Indígena é vista com desconfiança por algumas comunidades indígenas. O assunto foi discutido nesta quinta-feira (6) em audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, onde causou polêmica.

Segundo o secretário especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antônio Alves de Souza, o governo deve enviar em breve ao Congresso o projeto de lei para a criação do instituto. O órgão ficaria submetido ao ministério, mas seria regido pelo direito privado, com previsão orçamentária próxima de R\$ 1 bilhão.

A intenção do governo é de que a Secretaria de Saúde Indígena cumpra apenas a função de supervisão e que o instituto seja o braço operacional dos serviços.

Discussão nos conselhos

Os povos indígenas não são unânimes em relação à ideia de criar o instituto, mas, segundo Antônio Alves de Souza, dos 34 conselhos distritais de saúde indígena espalhados pelo País, a maioria [?] aprovou a criação do instituto.

“Cada distrito nosso levou esse debate para as aldeias, nos conselhos locais, nos conselhos distritais, e tivemos a aprovação dos 29 dos 34”, disse Souza. “Teve comunidade, como os yanomami, em que a maioria não fala português, que não aprovou no primeiro momento. Eles foram para a base, discutiram em suas aldeias e depois aprovaram a proposta.”

Posição contrária

O coordenador-geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira [COIAB], Antonio Marcos Apurinã, afirmou que a entidade que representa é contra a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil [APIB] também tem posição contrária.

CONT.



Apurinã disse que os representantes indígenas nos conselhos distritais não levaram a proposta do instituto para as aldeias. "Então, se não foi consultado, obviamente não está deliberado. Há povos indígenas que não sabem o que é esse instituto, o que ele vai trazer de benéfico às comunidades", criticou.

As lideranças kaingang e guarani do Rio Grande do Sul divulgaram nota em que condenam a criação do instituto.

Posição favorável

Já o coordenador da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul, Rildo Mendes, é a favor do instituto, mesma posição que tem o coordenador-executivo do fórum de presidentes de conselhos distritais de saúde indígena do Brasil, Gabriel Tapeba, do Ceará.

"Minha opinião é muito boa em relação ao instituto. Torcemos para que seja criado realmente e dê uma cara nova e o melhor atendimento à população indígena. Apostamos muito, a população indígena está bastante confiante, esperamos que o instituto venha suprir toda a demanda da saúde indígena do nosso País", disse Gabriel Tapeba.

Questionamentos

O deputado Geraldo Resende (PMDB-MS), que solicitou o debate na comissão, afirmou que a saúde indígena precisa ser mais discutida, principalmente porque as informações sobre doenças e mortalidade entre eles são precárias.

A criação do instituto foi questionada pelo Ministério Público Federal, que argumenta que o órgão representaria uma violação à Constituição porque transferiria a execução da saúde indígena do Sistema Único de Saúde (SUS) para a iniciativa privada, a quem caberia apenas serviços complementares.

No entanto, para o secretário especial de Saúde Indígena, Antônio Alves de Souza, o instituto representa essa ação complementar prevista na Constituição.

Principais doenças

Os índios sofrem com doenças como a hepatite, que atinge mais o Vale do Javari, no oeste do Amazonas, além da malária. Já casos de oncocercose atingem bastante os índios de Rondônia. Além disso, os indígenas sofrem de doenças infecciosas, parasitárias, do aparelho circulatório, leishmaniose, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), hipertensão e diabetes.

O Brasil tem mais de 800 mil índios, distribuídos em 688 terras de 26 estados. Atualmente, os indígenas representam quase metade dos profissionais que trabalham em saúde indígena. Desde 2010, o número de trabalhadores em saúde indígena mais do que dobrou. Em 2010, eram 8.211. Hoje são 19.170.

Edição – Pierre Triboli



Milícia indígena entra em confronto com a Polícia Militar do sul da Bahia

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 06.11.2014

A Polícia Federal de Porto Seguro prendeu na tarde na última sexta-feira, 31, o índio pataxóide, Valtenor da Silva Nascimento, por suspeita de envolvimento no sequestro do produtor rural, Raimundo Domingues dos Santos, de 55 anos. Uma testemunha contou a polícia que viu quando Santos foi preso e espancado pelo grupo indígena. O agricultor está desaparecido desde o dia 9 de agosto.

A prisão do suspeito ocorreu na Fazenda Brasília, localizada entre as cidades de Itamaraju e Porto Seguro. A propriedade está sob controle da milícia desde que os índios invadiram o local. A operação envolveu cerca de 10 agentes da polícia federal com apoio de militares do 4º pelotão da polícia militar de Itabela.

Segundo a polícia, cerca de 400 milicianos indígenas, resistiram à prisão do índio fazendo um bloqueio na estrada impedindo a saída dos carros da polícia. O comboio tentou fugir do bloqueio, mas foi surpreendidos por outro grupo de milicianos indígenas. Ainda de acordo com os policiais, entre os índios há vários suspeitos de envolvimento em crimes e tráfico de drogas na região.

Ainda segundo a polícia, os índios queriam que os policiais libertassem o suspeito. Houve um confronto com troca de tiros, entre a polícia e os indígenas, que durou cerca de 10 minutos.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2014

Brasília, 7 de novembro de 2014.

Folha de São Paulo e exploração do factóide da violência contra os índios do Mato Grosso do Sul

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 06.11.2014



No último dia 31 de outubro a índia Guarani Marinalva Manoel, de 27 anos, foi encontrada morta a facadas as margens de uma rodovia no Mato Grosso do Sul. O cacique da aldeia onde vivia a indígena, o delegado que investiga o caso e a Funai dizem o principal suspeito do assassinato é o marido dela que está foragido. Mas o jornal Folha de São Paulo deu a seguinte manchete tentando relacionar o crime à disputa pela terra: Líder indígena é assassinada após participar de protesto no STF.

De acordo com a matéria do jornalista Fábiano Maisonave, pautado não se sabe por quem, provavelmente por gente do Cimi, o namorado de Marinalva teria "ligações com fazendeiros" e o crime teria ocorrido dezesseis dias depois de um protesto contra uma decisão do STF do qual Marinalva teria participado.

A matéria da Folha tenta criar uma relação inexistente entre o assassinato da indígena e a disputa por terras no Mato Grosso do Sul. É pura desonestidade jornalística, mas motivou reclamações da ONU sobre a necessidade de se investigar o crime.

É bom mesmo que investiguem e punam o criminoso. Mas é pouco provável que a Folha de São Paulo tenha a decência de publicar outra matéria sobre o caso se ficar provado que o crime foi cometido por outro índios e por motivos passionais.

Veja [aqui](#) a matéria da Folha

[Veja também esta matéria que publicamos aqui no Questão Indígena há mais de um ano: Quem mata índio no Brasil e porque eles morrem](#)



1º Seminário Sobre Igualdade Racial: comunidades quilombolas e racismo institucional

SÍTIO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL, 06.11.2014

O Ministério Público do Estado do Paraná, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos - CAOPJDH e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAf, promoverá no dia 20 de novembro de 2014, das 8h30 às 18h00, o 1º Seminário Sobre Igualdade Racial: comunidades quilombolas e racismo institucional.

O evento pretende sensibilizar e capacitar Promotores e Procuradores de Justiça e servidores do MPPR e demais interessados nas temáticas da igualdade racial e dos povos e comunidades tradicionais, além de promover a celebração do Dia Nacional da Consciência Negra e o reconhecimento do primeiro território quilombola no Estado do Paraná, bem como proporcionar oportunidade para debater as principais questões que envolvem a população negra brasileira.

O seminário, com carga horária de 8 horas, será realizado no auditório da sede do Ministério Público do Estado do Paraná, à Rua Marechal Hermes, 751, Centro Cívico, Curitiba/PR. A participação poderá se dar nas modalidades presencial e à distância, por meio da internet (webcast).

PÚBLICO ALVO: integrantes do MPPR, dos movimentos sociais e da comunidade em geral.

[PROGRAMAÇÃO](#)



Inkra do Médio São Francisco promove a primeira reunião da Mesa Permanente de Regularização Quilombola

SÍTIO INCRA, 06.11.2014



Neste mês em que se comemora o Dia da Consciência Negra, festejado em 20 de novembro, a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Médio São Francisco promove sua primeira reunião da Mesa Permanente de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas.

O evento aconteceu na última terça-feira (04), na sede da Regional em Petrolina e contou com a participação dos Superintendentes das duas regionais do Incra em Pernambuco, Vitor Hugo da Paixão Melo e Luiz Aroldo Rezende Lima, bem como técnicos das duas instituições, e representantes das comunidades quilombolas Conceição das Crioulas, Negros de Gilú e Chã dos Negros, da Universidade Federal do São Francisco (Univasf) e a Comissão Estadual Quilombola também se fizeram presentes.

A mesa é um espaço institucional que tem o objetivo de debater, identificar problemas e encaminhar soluções relativas à regularização dos territórios quilombolas. Funciona com a realização de reuniões trimestrais, com temáticas de cunho institucional e de controle social.

Neste primeiro encontro foram tratados cinco temas específicos: a situação e os impasses na regularização do Território Quilombola de Conceição da Crioulas; o complexo caso da comunidade quilombola Negros de Gilu e Chã do Negros; a possibilidade de indicações pela Comissão Estadual Quilombola sobre quais comunidades têm mais urgências para iniciar os trabalhos de identificação pela Superintendência além dos entraves para acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Participam da Mesa Permanente, além do Incra através de suas duas superintendências, o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Direitos Humanos e Iterpe – Instituto de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2014

Brasília, 7 de novembro de 2014.

Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco, Comissão Estadual Quilombola; o Ministério Público Federal e entidade da sociedade civil que trabalham com comunidades negras.

Na Superintendência do Médio São Francisco tramitam 31 processos de regularização fundiária de comunidades quilombolas.

Lei

O Incra é a instituição responsável pelo reconhecimento, demarcação e regularização de áreas remanescentes de quilombos no País. A ação se desenvolve da seguinte forma: as comunidades quilombolas se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

A partir do Decreto 4.883/03 ficou transferida do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA)/Incra a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações.

Autodefinição

Em 12 de março de 2004, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Quilombola (PBQ) como uma política de Estado para as áreas remanescentes de quilombos. É a própria comunidade que se autoreconhece "remanescente de quilombo".

O amparo legal é dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004. Cabe à Fundação Cultural Palmares emitir uma certidão sobre essa autodefinição. Para acessar a política de regularização de territórios quilombolas, as comunidades devem encaminhar uma declaração na qual se identificam enquanto comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Autoreconhecimento em nome da mesma. A partir daí, é aberto o processo na autarquia agrária, dando início à regularização fundiária.

Ascom Incra Médio São Francisco – 87 3861 2817



Povo Yanomami inicia primeiro Curso Superior Indígena Específico

SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 06.11.2014

Curso é o primeiro do País que segue os princípios da Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável

O primeiro Curso Superior Indígena específico para o Povo Yanomami teve início, no dia na comunidade de Maturacá, município de São Gabriel da Cachoeira/AM. Trata-se de uma experiência inovadora por ser a primeira do País que, além de seguir os princípios da Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável, acontece integralmente em terra indígena.

O curso de Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável é ofertado pelo Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e atualmente possui seis turmas Tukano, Baniwa, Nheengatu (2), Yanomami e Sateré-Mawé, esta última se iniciará em novembro de 2014.

O curso tem duração de 4 anos, funciona com o sistema modular de férias, com quatro etapas anuais (duas intensivas e duas intermediárias), com a metodologia do Ensino Via Pesquisa e Currículo Pós-feito que permite a articulação e a produção de Conhecimentos e Epistemologias a partir de seus referências e cultura. O curso foi avaliado em setembro de 2014 pela Comissão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (INEP/MEC), quando obteve nota 4, numa escala de 1 a 5. O currículo, proposta pedagógica e metodológica obtiveram nota 5.



Foto: Divulgação/GEA

Para a turma Yanomami foram abertas 50 vagas, que contemplaram os das comunidades dos Rios Cauaburis e Afluentes, Maraujá e Demini, localizados nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. As atividades iniciaram com a discussão das problemáticas que irão compor as pesquisas do currículo pós-feito pelos professores Ivani Faria, coordenadora geral, e Mateus Coimbra de Oliveira, membro do colegiado do curso.

A formação foi solicitada pelas lideranças indígenas por meio da Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes em 2013, por desejarem um curso diferenciado que articulasse os conhecimentos indígenas (Yanomami) e não indígenas e não um curso a contemplar apenas os conhecimentos ocidentais "A nossa cultura e os nossos conhecimentos devem ser respeitados e fortalecidos", disse um estudante Yanomami da turma.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2014

Brasília, 7 de novembro de 2014.

A abertura do curso contou com a presença dos Pata-pata Yanomami Miguel, Jorge, Antônio, Daniel e lideranças Ângelo, Júlio Goes, Carlos, Presidente e Secretário da AYRCA Valdir e Brauney Menezes, estudantes e alguns professores do sistema estadual de educação da comunidade, quando foi apresentado o curso formalmente e seu funcionamento.

No encerramento foi discutido com as lideranças sobre a logística para a continuidade no período que ocorrerá o curso, de 19 de janeiro a 21 de fevereiro de 2015. Ele marca o início da realização de um sonho para os Yanomami que anseiam por uma educação específica e diferenciada, e se configura num importante marco no caminho do processo de aquisição de competências e autonomia, as quais fortalecerão a identidade e a cultura desse povo no mundo globalizado.



Quatro comunidades remanescentes de quilombos serão reconhecidas pelo Governo de SP

SÍTIO PORTAL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 06.11.2014

Reconhecimento garante serviços assistenciais, obras de infraestrutura e insumos para a fomentar a produção agrícola

A Fundação Itesp (Fundação Instituto de Terras de SP) reconhecerá no domingo, 16, quatro comunidades remanescentes de quilombos: Engenho e Abobral Margem Esquerda, localizadas no município de Eldorado, Aldeia, localizada em Iguape, e Bombas em Iporanga. O reconhecimento por parte do Governo de São Paulo garante serviços assistenciais em diversas áreas, obras de infraestrutura e insumos para a fomentar a produção agrícola.

As 86 famílias que vivem nas quatro comunidades serão beneficiadas com atividades desenvolvidas por agrônomos, veterinários, biólogos, técnicos agrícolas, economistas e assistentes sociais da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) da Fundação Itesp, vinculada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Por meio do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (Prais), os quilombolas podem comercializar alimentos para presídios, hospitais e escolas estaduais utilizando um teto por produtor de R\$ 22 mil por ano. "O Governo de São Paulo tem se empenhado para reconhecer mais comunidades quilombolas no Estado. Um trabalho que representa o resgate da cultura tradicional", explicou o diretor executivo da Fundação Itesp, Marco Pilla.

Atualmente, o Estado de São Paulo tem 28 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas, 21 estão localizadas no Vale do Ribeira, sendo que dessas, seis foram tituladas em terras públicas estaduais. Nesses quilombos vivem 1.309 famílias. As últimas comunidades reconhecidas foram Sertão de Itamambuca, na cidade de Ubatuba, em 2010, e Peropava, no município de Registro, em 2011.

SERVIÇO

Reconhecimento de quatro comunidades remanescentes de quilombos

Dia 16 de novembro a partir das 11h

Local: Fepaq (Feira Paulista de Assentamentos e Quilombos), no Parque da Água Branca - capital

A feira, incluída este ano no Calendário Turístico do Estado, por meio da Lei nº 15.511, acontece nos dias 15 e 16 de novembro



ONU pede rapidez em investigação da morte de liderança indígena com 35 facadas em MS

SÍTIO MIDIAMAX, 06.11.2014

A ONU (Organização das Nações Unidas) divulgou nesta quinta-feira (6), uma nota pública pedindo rigor e rapidez na investigação do assassinato da liderança indígena Kaiowá Marinalva Manoel, de 28 anos.

O delegado responsável pelo caso, Edmar Batistela, informou ao Jornal Midiamax, que Marinalva não seria uma liderança, mas de acordo com os órgãos ligados à causa indígena a mulher seria uma das defensoras da demarcação da terra indígena Ñu Porã e integrante do Conselho Guarani-Kaiowá Aty Guasu.

Na nota, a ONU afirma que Marinalva teria recebido ameaças e que "são evidentes os elementos de feminicídio, assassinato de mulheres por razão de gênero". Já conforme o delegado responsável pelo caso, o assassinato pode ter motivação passional.

A organização ainda cita a participação da indígena no dia 15 de outubro, em uma comitiva indígena reunida com representantes do Judiciário em Brasília. A nota é assinada pela Representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman.

Caso

Conforme o boletim de ocorrência registrado na Depac (Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário) de Dourados, a indígena foi encontrada na manhã de sábado (1º), na BR-163, sem roupa e com marcas de facadas na região tórax, pescoço, rosto e mão esquerda, que para a polícia significa que a vítima tentou se defender.



ONU pede justiça sobre o assassinato de liderança indígena em Dourados

SÍTIO DOURADOS AGORA, 06.11.2014

A Organização das Nações Unidas (ONU) do Brasil cobra uma solução do poder público sobre o assassinato da liderança indígena Kaiowá Marinalva Manoel, de 28 anos, encontrada morta no sábado às margens da BR-163 em Dourados, entre o trevo da Bandeira e o Parque das Nações.

Marinalva era uma das defensoras da demarcação da terra indígena Ñu Verá e integrante do Grande Conselho Guarani-Kaiowáda Aty Guassu.

A ONU classifica ela como uma mulher jovem obstinada que ousou defender os direitos dos povos indígenas, inclusive o de garantia à terra, e de sua ancestralidade, como ocorreu em 15 de outubro passado, quando esteve em Brasília como parte de comitiva indígena reunida com representantes do Judiciário.

Mãe de dois filhos, Marinalva morava na comunidade Ñu Porã, grupo de 28 moradores que residem entre o Jardim Guaicurus e Joquei Clube. A terra já foi reconhecida como indígena e a demarcação do local segue na justiça.

Lideranças indígenas dizem que o principal suspeito é o namorado dela que teria ligações com proprietários de terras na região. A polícia desconhece a informação e continua investigando caso.

Marinalva foi assassinada a facadas. Ela foi deixada nua numa ribanceira às margens da rodovia e as roupas atiradas próximo ao meio fio. Há suspeita que ela possa ter sido violentada sexualmente.



"Superintendência Indígena será composta por pessoas do segmento", diz Reinaldo
SÍTIO MS NOTÍCIAS, 06.11.2014

Reinaldo Azambuja disse que buscará pessoas que conhecem a realidade das aldeias de Mato Grosso do Sul

O deputado federal e governador eleito, Reinaldo Azambuja (PSDB) afirmou hoje, que a Superintendência de Assuntos Indígenas será composta por pessoas ligadas ao segmento e que ajude a solucionar os problemas existentes nas aldeias do Estado.

"Será composta por pessoas do segmento, que conheça a realidade das aldeias e nos ajude a resolver os problemas. Teremos por lá, pessoas que sabem da complexibilidade e ajude o Estado a ter um melhor desenvolvimento na saúde e na educação dos indígenas", diz Reinaldo.

Azambuja garantiu que cumprirá com tudo que defendeu durante sua campanha para o governo do Estado, destacando que o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) foi o único partido que demonstrava estar preocupação com a questão indígena.

Reinaldo esteve na tarde desta quinta-feira na Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de MS), conversando com produtores rurais e autoridades políticas.

Dany Nascimento



Indígenas mundurucu delimitam suas terras ancestrais na Amazônia

SÍTIO NE10, 06.11.2014

Indígenas da etnia mundurucu do estado amazônico do Pará, no norte do país, começaram a delimitar, com a ajuda de estacas e GPS, uma imensa área de 1.700 km² que consideram suas terras ancestrais, cansados de esperar pelo governo, segundo dados obtidos pela AFP.

O governo pretende construir uma hidrelétrica nesta região. Os indígenas aguardam há 13 anos o reconhecimento oficial de suas terras por parte do Executivo que, a pedidos da justiça, deve respondê-los em 10 dias.

"Nossos rios já não têm peixes e em nossos bosques é cada vez mais difícil encontrar caça: cansamos de esperar e viemos tomar nossas terras. Sabemos o que é nosso, conhecemos nosso território", explicou o cacique Juarez Saw Mundurucu, que acompanhou a demarcação iniciada há duas semanas.

Aproximadamente 70 homens, mulheres e crianças com facões e um GPS entraram na selva para delimitar com estacas o território ancestral ainda não reconhecido pelo governo, entre os municípios de Trairão e Itaituba, no oeste do estado do Pará.

A Funai (Fundação Nacional do Índio) havia se comprometido a publicar em março deste ano um relatório constatando que esse é seu território, o que seria o passo mais importante para o reconhecimento final, mas isso ainda não aconteceu, informou à AFP o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Na semana passada, um juiz deu o prazo de 15 dias à FUNAI para publicar esse documento.



Estudo alerta para ameaças a unidades de conservação e terras indígenas

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 06.11.2014

Cientistas mapearam projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional

Uma série de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional colocam em risco áreas de proteção ao meio ambiente e terras indígenas. Se aprovados, podem trazer impactos irreversíveis para ecossistemas brasileiros de importância reconhecida mundialmente. É o que afirma um estudo que será publicado nesta sexta-feira (6/11) na revista científica Science. A pesquisa foi feita pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), de Belém (PA), em parceria com pesquisadores britânicos.

A pesquisa mostra que pelo menos 20% de todas as áreas estritamente protegidas e reservas indígenas do Brasil coincidem com as áreas que foram oficialmente registradas como de interesse para a mineração. Uma das propostas em tramitação, por exemplo, prevê a exploração de minérios em até 10% da área de unidades de proteção integral. A maior parte das áreas afetadas está na Amazônia.

Ao todo, um conjunto de 34.117 km² de áreas de proteção integral - equivalentes ao tamanho da Suíça - estão hoje registradas para a mineração. Estão ameaçados Parques Nacionais e Reservas Biológicas. No caso das terras indígenas, 28% ou 281.443 km² tem sobreposição com áreas de interesse de mineração - uma área maior do que o Reino Unido ou o estado de São Paulo.

Apesar do aumento recente do desmatamento (28%, entre 2012 e 2013), o Brasil conseguiu reduzir em 80% o corte raso na Amazônia nos últimos 10 anos, e tem a maior rede de áreas protegidas do mundo. Para os pesquisadores, a aprovação dos projetos pelos parlamentares pode sinalizar ao mundo um retrocesso ambiental e enfraquecer o protagonismo brasileiro na área.

Além disso, muitos dos sistemas hídricos associados com áreas protegidas serão influenciados pela construção de grandes usinas hidrelétricas. A sobreposição entre áreas protegidas e interesse mineral ou hidrelétrico ocorre principalmente na Amazônia. "Nossa preocupação é que, mesmo que as ações de mitigação propostas forem postas em prática estas são muito simplistas porque não consideram os efeitos indiretos de mega-projetos. Esses projetos normalmente mobilizam milhares de trabalhadores e levam a um rápido crescimento da população local. Isto, combinado com novas estradas e vias de acesso é uma receita para o surgimento de novas fronteiras de desmatamento", explica Luiz Aragão, co-autor do estudo.

"O propósito desta análise não é dizer que o Brasil não deve se desenvolver e beneficiar de seus recursos naturais abundantes, mas que não devemos ameaçar nossa reputação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2014

Brasília, 7 de novembro de 2014.

duramente conquistada de sucesso e liderança em favor de projetos de desenvolvimento mal planejados que deixam um longo legado de danos ambientais. É possível gerenciar o nosso desenvolvimento de forma mais sustentável", argumenta Joice Ferreira, pesquisadora da Embrapa e autora do estudo.

"Durante 15 anos o Brasil aprendeu a duras penas o que tinha que fazer para proteger as florestas, o que incluiu criar áreas protegidas e acelerar e endurecer a aplicação das penas previstas na lei de crimes ambientais. Nos últimos três anos, o Executivo e o Congresso estão enfraquecendo as leis e medidas que estavam funcionando. Como resultado, o desmatamento já aumentou 29% entre 2012 e 2013 e há tendência de aumento em 2014", ressalta Paulo Barreto, pesquisador do Imazon e coautores do estudo.



Índia de 45 anos acusada de bruxaria é queimada viva

SÍTIO GAZETA MT, 07.11.2014

Adolfina Ocampos foi condenada à morte pelo chefe da comunidade em que vivia

Uma mulher acusada de bruxaria foi queimada viva após ser amarrada a uma estaca e servir de alvo a flechas, no Paraguai, informou o Daily Mail. A índia Adolfina Ocampos, de 45 anos, foi morta pelos membros do grupo étnico Mbya Guarani depois de ter sido condenada à morte pelo líder da comunidade.

A data da morte é desconhecida, mas se sabe que o crime aconteceu na aldeia de Tahehyi, 290 quilômetros ao norte da capital Assunção. Fany Aguilera, a promotora local, considerou nove homens do vilarejo que admitiram ter matado a vítima culpados pelo crime de homicídio.

A Agência de Refugiados da ONU estima que milhares de pessoas em todo o mundo sejam acusadas de bruxaria todos os anos. Elas são, geralmente, abusadas, retiradas de suas famílias e comunidades, e em alguns casos, assassinadas. Ainda assim, Jose Zanardini, um padre e antropólogo italiano, conta que o caso registrado no Paraguai é incomum. "Eu trabalho no Paraguai há 40 anos e não me lembro de um episódio semelhante, de execução por feitiçaria. A morte dessa mulher é isolada e fora do comum no que diz respeito à coexistência dos 20 diferentes grupos indígenas paraguaios. Em geral, os índios costumam ser tranquilos e tolerantes".

A agência estatal de proteção aos povos indígenas comunicou na última quarta-feira que "embora as comunidades indígenas sejam regidas pelo sistema normativo que se fundamenta em seus costumes, seus atos não podem violar os direitos constitucionais de respeitar a vida e a liberdade das pessoas".

Fonte: Gazeta MT/24 Horas News



Sob pressão da ONU, Polícia Civil investiga assassinato de líder indígena

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 07.11.2014

A Polícia Civil já ouviu várias pessoas, tem um suspeito de ser o autor do crime, mas ainda não considera esclarecido o assassinato da líder indígena Marinalva Manoel, 27 anos, ocorrido na semana passada em Dourados, a 233 km de Campo Grande, e que provocou pedido de investigação de representante da ONU (Organização das Nações Unidas). O corpo de Marinalva foi encontrado nu, às margens da BR-163, na manhã de sábado, dia 1º de novembro. Ela foi morta com 35 golpes de faca.

O delegado Edmar Batistela, da 2ª Delegacia de Polícia de Dourados, disse hoje ao Campo Grande News que os depoimentos ouvidos até agora, de familiares de Marinalva, de lideranças do acampamento indígena "Nhu Porã", onde ela morava, e de um funcionário da Funai (Fundação Nacional do Índio), indicam que o crime foi passionai. "Não há indícios de que se trata de um crime ligado ao conflito de terra", afirmou.

O acampamento onde Marinalva morava fica próximo ao perímetro urbano de Dourados, entre os bairros Guaicurus e Parque das Nações, e está localizado numa área reivindicada pelos índios, cujos estudos antropológicos iniciais apontaram como terra indígena. Entretanto, o local pertence a uma empresa de paisagismo e parte está sendo loteada.

Recentemente o MPF (Ministério Público Federal) alertou às pessoas que estão comprando terrenos no loteamento "João Carneiro Alves" sobre a eventual demarcação. "Toda a área está passando por levantamento antropológico pelo Grupo Técnico Dourados-Amambaieguá, que já identificou elementos comprobatórios de ocupação tradicional por indígenas guarani-kaiowá", afirmou o MPF.

Edmar Batistela informou que o companheiro de Marinalva é suspeito do crime, entretanto a polícia segue também outras linhas de investigação. "Essa pessoa é sim suspeita, mas ainda não foi localizada", afirmou o delegado.

Duas semanas antes de ser assassinada, Marinalva participou de protesto de índios de Mato Grosso do Sul em Brasília, contra decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que barra a demarcação de uma área em Caarapó e poderia gerar uma reação em cadeia em todo o país. Por três votos a um, a 2ª Turma do Supremo decidiu que os índios não teriam mais direito pela terra porque não estavam no local antes de 1988, quando a Constituição foi promulgada.

Pressão da ONU – Nesta quinta-feira, a representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, pediu "rigor" e "celeridade" na investigação sobre o assassinato de Marinalva Manoel. Em nota oficial, Nadine disse que a kaiowá era uma "mulher jovem obstinada que ousou defender os direitos dos povos indígenas, inclusive o de garantia à terra, e de sua

CONT.



ancestralidade, como ocorreu em 15 de outubro passado, quando esteve em Brasília como parte de comitiva indígena reunida com representantes do Judiciário”.

“O assassinato de Marinalva Manoel nos acomete de extremo pesar pela violência e pela truculência com que sua vida foi ceifada. Ela era uma das defensoras da demarcação da terra indígena Ñu Verá e integrante do Grande Conselho Guarani-Kaiowáda Aty Guassu. Frente ao perfil e às ameaças recebidas pela vítima, são evidentes os elementos de feminicídio, assassinato de mulheres por razão de gênero”, afirma Nadine Gasman.

A representante da ONU encerra a nota solicitamos ao poder público rigor e celeridade na investigação e justiça para o assassinato. “A familiares e aos povos indígenas do Brasil, manifestamos solidariedade”.

Carta ao MPF – Nesta semana, o Conselho da Aty Guasu enviou carta a Deborah Duprat, coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, e ao procurador da República em Dourados Marco Antonio Delfino de Almeida, pedindo “investigação justa” sobre o crime. “Todos nós povo Guarani e Kaiowá que estamos sofrendo ameaças de morte, ameaças de despejo, ameaças de invalidação dos laudos antropológicos de nossas terras indígenas tradicionais, decidimos que não vamos aceitar essa impunidade pacificamente, chega de morte de Kaiowá”, afirma a carta.